



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**ATA DA 269ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

LOCAL: 8º andar da SES. Rua Esteves Junior.

DATA: 22 de março de 2023

HORÁRIO: 13h

Presentes à Reunião

SES: Carmen Emilia Bonfá Zanotto (Secretária de Estado da Saúde), Leticia Mattos (Secretária Adjunta de Estado da Saúde), Roberto Henrique Benedetti (SUH), Alba Santos (FES), Fábio Gaudenzi Faria (SUVIS), Cláudia Gonsalves (SUR), Marcus Guckert (GEARS), Grace Ella Berenhauser (GERAM), Helma Finta Uba (Gepro), Hanna Barcelos (GECOS), João Fuck (DIVE), Maria Teresa Bertoldi Agostini (DIAF).

COSEMS: Edson Medeiros (Fraiburgo), Cristina Pires Pauluci (Florianópolis), Rogério Costa Junior (Balneário Arroio do Silva), Rogério Acácio Mascarello (Novo Horizonte), Acélio Casagrande (Criciúma), Claiton Camargo de Souza (Lages), Jainara Nórdio (Porto Belo), Marcelo Lanzarin (Blumenau).

APROVAÇÃO DA ATA

Aprovada a 268ª Ata de 23 de fevereiro de 2023, aprovada por consenso.

DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

A 269ª Reunião da Comissão Intergestores Bipartite foi coordenada pelo Coordenador da CIB/SES Carmen Zanotto. Edson Medeiros, Secretário Municipal de Fraiburgo, representará o Presidente do Cosems Daisson Trevisol nesta reunião.

1 DELIBERAÇÕES

2 A) ENCONTRO DE CONTAS DA ONCOLOGIA COMPETÊNCIA JANEIRO DE 2023.

3 Helma Finta Uba (Gerência de Processamento, Monitoramento e Avaliação),
4 inicia esclarecendo que o encontro de contas competência janeiro de 2023 traz
5 também, a produção que de serviços não habilitados, que estão sendo pagos
6 pelo estado (São Miguel do Oeste, Cepon e Radioterapia de Tubarão). Norivaldo
7 (GEMAPS/SES) apresenta o detalhamento do encontro de contas, tetos dos
8 serviços de cirurgia oncológica, radioterapia e quimioterapia, os remanejamentos
9 dos serviços, sobras de teto e produção excedente. Avaliaram o teto geral com o
10 que foi produzido. Após os remanejamentos entre os serviços da oncologia, o
11 valor faltante é pago pela SES/estado. Carmen Zanotto, Coordenadora da
12 CIB/SES, informa que o Hospital de São Miguel do Oeste e o Cepon já foram
13 encaminhados para o Ministério da Saúde para habilitação, serviços que estão
14 sendo pagos pelo estado em oncologia. A radioterapia de tubarão, que também
15 está sendo paga pelo estado, foi habilitada pelo Ministério da Saúde e está
16 aguardando a publicação. Ficou consensuado o encontro de contas da
17 oncologia, competência janeiro de 2023.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

18

19 **B) PROPOSTA DE AMPLIAÇÃO DO ACESSO À RECONSTRUÇÃO MAMÁRIA EM CASO DE**
20 **MULHERES COM DIAGNÓSTICO DE CÂNCER DE MAMA, DO HOSPITAL REGIONAL DO**
21 **OESTE, MUNICÍPIO DE CHAPECÓ. PORTARIA MINISTERIAL GM/MS 127 DE 13/02/2023.**
22 **FORAM INCLUÍDOS NESTA REUNIÃO: HOSPITAL SÃO BRÁS, HMKB DE ITAJAÍ, SANTA**
23 **ISABEL E SANTO ANTONIO DE BLUMENAU E OS DEMAIS SERVIÇOS QUE SOLICITAREM E**
24 **CUMPRIREM A PORTARIA, PODERÃO SE HABILITAR.**

25 Carmen Zanotto, Coordenadora da CIB/SES, coloca sobre o item referente à
26 Portaria 127/2023 para reconstrução mamária e a solicitação do Hospital do
27 Oeste para adesão e a habilitação à Portaria. Edson Medeiros, Coordenador da
28 CIB/Cosems, solicita a inclusão do Hospital Santo Antonio e Santa Isabel de
29 Blumenau na Portaria 127/2023. A Coordenadora da CIB/SES Carmen Zanotto
30 esclarece sobre o objetivo da Portaria e os requisitos para os serviços se
31 habilitarem. O serviço deve ser UNACON ou CACON, serviços habilitados em
32 câncer. Não poderão ser incluídos nessa portaria hospitais gerais e serviços de
33 cirurgias plásticas. Cita que o valor indicado pela Portaria 127 é bem
34 significativo, para incentivar os serviços a realizarem a reconstrução mamária.
35 Esclarece ainda, que a Portaria possui vigência de um ano e, que ficam
36 pactuados os serviços incluídos nesta reunião de CIB e os demais que
37 solicitarem habilitação e que cumprirem os requisitos da Portaria. Ficou
38 consensuada a pactuação dos hospitais que cumprirem a portaria.

39

40 **C) REFERÊNCIAS DE ORTOPEDIA DO HOSPITAL DE AZAMBUJA**

41 Carmen Zanotto, Coordenadora da CIB/SES, cita o item para pactuação,
42 ressaltando que é necessário habilitações para dar vazão as demandas e que a
43 SES trará nas próximas reuniões, encontros de contas de ortopedia e cardiologia
44 similar ao que já faz na oncologia. Solicita ao Gerente de Articulação de Redes
45 Marcus Guckert que esclareça sobre a mudança de referências do Serviço de
46 Ortopedia de Azambuja. Marcus Guckert cita que o assunto passou pela Câmara
47 Técnica de Gestão e na CIR do serviço correspondente. Que esse serviço
48 atenderia os municípios do Médio Vale, exceto o município de Blumenau. Já o
49 Hospital Santo Antônio (Blumenau) atenderá o município de Blumenau, mais os
50 seguintes municípios da Região de Saúde do Alto Vale (Dona Emma, Ibirama,
51 José Boiteux, Lontras, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Vitor Meireles e
52 Witmarsum). Também existe alteração no fluxo do Hospital e Maternidade
53 Marieta Konder Bornhausen (Itajaí) com a saída do município de Guabiruba,
54 Botuverá e Brusque, daquela referência. Marcelo Lanzarin (Secretário Municipal
55 de Blumenau) cita a Portaria 4.379 do MS/2022 que habilitou o serviço de
56 ortopedia de Azambuja, que na época foi incorporado recurso ao teto MAC do
57 estado no valor de R\$ 436.000,00. Dito isso, solicita que o recurso de Blumenau
58 não seja remanejado para Brusque o que corresponderia aos municípios que até
59 então estariam referenciados em Blumenau. A Coordenadora da CIB/SES
60 coloca que, concorda com o pleito de Blumenau, mas que sejam feitos os
61 encontros de contas da ortopedia, não somente de Blumenau, que sejam
62 apresentadas na Câmara Técnica e na CIB. Cita o serviço de Blumenau e dos
63 outros serviços de alta em ortopedia que estouraram o teto também. Carmen
64 Zanotto esclarece ainda sobre a reconstrução mamária, chama atenção para a



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

65 simetria das mamas. Nenhum serviço deve ficar de fora, pois, o valor é
66 significativo. A Portaria não permite a cirurgia em hospital geral que realizava
67 reconstrução mamária, mas que não se adéqua à Portaria. Marcus Guckert
68 informa que já solicitaram habilitação à Portaria 127/2023, o Hospital São Brás
69 de Porto União, HMKB de Itajaí, Santa Isabel e Santo Antonio de Blumenau.
70 Ficou consensuada a habilitação desses serviços e a habilitação dos demais
71 serviços que solicitarem posteriormente e cumprirem a portaria. Edson Medeiros,
72 com relação ao encontro de contas da ortopedia, cita que deveriam ser
73 realizados encontros de contas de todas as altas complexidades. Olhando para
74 os planos operativos e o cumprimento de metas, observa-se que não há
75 cumprimento de metas. Há 2 anos que vem sendo falado que não existe dinheiro
76 novo para habilitação. Edson Medeiros reforça no sentido de que, se estiver
77 sobrando recurso em algum serviço, que seja remanejado e complementado
78 para o serviço que realmente esteja produzindo. Que exista essa flexibilidade no
79 remanejamento. Edson Medeiros coloca outra situação, com relação às cirurgias
80 eletivas. Que não existem serviços com disponibilidades suficientes para as
81 cirurgias eletivas, porque acabam emergenciando atendimentos, portanto,
82 sugere que se tenha um olhar para outros serviços que possam complementar,
83 seja na média ou na alta complexidade as cirurgias eletivas. É necessário
84 complementar a porta do hospital ou complementar com outros serviços para a
85 realização das cirurgias eletivas. A Coordenadora da CIB/SES, Carmen Zanotto,
86 chama atenção para a habilitação de serviço que já possui muitas altas
87 complexidades. Que é necessário habilitar outros serviços que não possuem
88 habilitação em alta complexidade. É necessário buscar outros serviços não
89 habilitados em alta e que teriam condições de realizar procedimentos de alta
90 complexidade. A intenção não é retirar teto de serviço e sim aumentar a oferta
91 no estado. **Para a próxima Câmara Técnica, solicita colocar sobre a Litíase**
92 **para habilitação.** Acélio Casagrande (Secretário Municipal de Saúde de
93 Criciúma), com relação às cirurgias de alta complexidade, coloca que a fila das
94 cirurgias não está andando, embora, muitas entram pela emergência. Cita que
95 preocupa esse fato referente às cirurgias de alta complexidade, pois o hospital
96 questiona sempre o valor das cirurgias. Cita que os hospitais reclamam muito
97 sobre o pagamento das cirurgias de alta complexidade, que estão com
98 dificuldades financeiras, que não conseguem fechar. Questiona no que poderiam
99 melhorar. Sugere que a SES chame esses hospitais para esclarecer, pois
100 reclamam de déficit na alta complexidade e seria conveniente uma fala com
101 esses prestadores de alta complexidade, que não são muitos para algum
102 encaminhamento, para solucionar a fila. Claiton Camargo (Secretário Municipal
103 de Lages) cita também, referente à alta complexidade, que há hospitais com teto
104 estourado. Realizar cirurgias de alta complexidade a mais, não está cabendo no
105 teto, pois informam que o teto já está estourado. O objetivo também é do
106 município em ampliar o número de cirurgias. Cita que os hospitais alegam não
107 ter onde retirar esse recurso, que já estão bancando essas cirurgias. Claiton
108 **Camargo sugere levar para a reunião da Câmara Técnica de Gestão.**
109 Carmen Zanotto, Coordenadora da CIB/SES, cita que o teto de SC em 2018 já
110 estava estourado e que conseguiram incorporar R\$ 10.000.000,00 ao mês ao
111 teto MAC de Santa Catarina. Santa Catarina perdeu muito tempo discutindo teto



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

112 em cima da produção. Paraná e Santa Catarina apresentam per capita maiores
113 que Santa Catarina. Esclarece que é necessária uma revisão, cálculos de
114 quantos custa uma cirurgia em referido hospital. Cita o Hospital de Balneário
115 Camború que recebe recurso do estado por ordem judicial. E o que a PHC está
116 fazendo no estado. Quantas vezes se está pagando uma cirurgia para um
117 hospital. É necessário rever tudo isso e fazer os cálculos de quanto custa uma
118 cirurgia em cada hospital e quanto se está pagando (pelos vários instrumentos).
119 Avaliar os hospitais que estão recebendo recurso da Política Hospitalar
120 Catarinense e quais os resultados. Salaria que não é contra a Política
121 Hospitalar Catarinense, mas é necessária uma avaliação, pois já estão
122 chegando cobranças com relação à PHC. Ficou consensuado o não
123 remanejamento do recurso de Blumenau com a sugestão do encontro de contas
124 da ortopedia.

125

126 **D) DESABILITAÇÃO DA USB (SAMU) DE TANGARÁ**

127 Ficou **aprovada** a desabilitação da USB de Tangará. Dionísio Medeiros (Diretor
128 do APH Móvel) esclarece sobre essa USB de Tangará. Essa desabilitação foi
129 submetida a avaliação da CIR e da Coordenação Central Estadual do Samu.

130

131 **E) PLANO ESTADUAL DE REDUÇÃO DAS FILAS A DESENVOLVER-SE NO ESTADO DE**
132 **SANTA CATARINA: PORTARIA MS 090/2023: REDUÇÃO DAS FILAS – PLANO**
133 **OPERATIVO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.**

134 Esse item foi apresentado nos informes e deliberado por consenso.

135

136 **DISCUSSÃO E ENCAMINHAMENTOS**

137 Não houve pauta nesse item.

138

139 **DOCUMENTOS RECEBIDOS**

140 Os documentos recebidos foram encaminhados aos setores pertinentes e as
141 Câmaras Técnicas

142

143 **INFORMES**

144) Edson Medeiros, Coordenador da CIB/Cosems, solicita a inclusão na pauta da
145 habilitação em ortopedia alta complexidade do Hospital Pequeno Anjo de
146 Balneário Camború. Menciona que o pedido veio juntamente com a CIR da Foz
147 do Rio Itajaí.

148)

149) **A) DENGUE EM SC.**

150 Fábio Gaudenzi Faria (Superintendente de Vigilância em Saúde) faz a
151 introdução da situação da dengue. João Fuck (Diretor da Diretoria de Vigilância
152 Epidemiológica) apresenta a situação da dengue em SC, contextualização a
153 situação. As solicitações feitas ao MS: Ampliação do número de ACE custeados
154 pelo nível federal; Aporte financeiro emergencial para que as equipes de atenção
155 primária; Incorporação de novas tecnologias (uso de mosquitos estéreis,
156 mosquitos com a wolbachia, armadilhas dispersoras de inseticida e a aplicação
157 de vacinas contra a dengue); Deslocamento de equipe técnica para reforçar as
158 capacitações da rede de assistência; Envio de inseticida adulticida, para atender



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

159 a demanda de aplicação diante do aumento do número de casos;
160 Envio/remanejamento de veículos. João Fuck coloca que onde o mosquito não
161 se cria, a dengue não se espalha. Chama atenção para fiscalização dos locais
162 em que podem propiciar a criação do mosquito. A apresentação será distribuída
163 aos membros da CIB.

164

16d) B) VACINAÇÃO BIVALENTE CONTRA A COVID E CONTRA MPOX.

166) João Fuck (Diretor da Diretoria de Vigilância Epidemiológica), com relação a
167 vacinação bivalente, que o início da estratégia será em 27/02/2023. Será
168 desenvolvida em fases. Referente à vacinação contra a MPOX, João Fuck cita
169 que o objetivo é a proteção dos indivíduos com maior risco de evolução para as
170 formas graves da doença, dentro do atual contexto de transmissão observada no
171 País. Cita a vacinação pré-exposição e vacinação pós-exposição. A
172 apresentação será distribuída aos membros da CIB.

173

17g) C) PORTARIA 090/2023: REDUÇÃO DAS FILAS – PLANO OPERATIVO DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA OS R\$ 20.640.973,81.

176) Cláudia Gonsalves (Superintendente de Regulação da SES), com relação ao
177 Plano das Cirurgias Eletivas do Governo Federal, esclarece que necessita ser
178 pactuado, que já foi falado na reunião da CIB anterior, posteriormente, na
179 Câmara Técnica de Gestão e hoje coloca aqui o que foi visto juntamente com o
180 Cosems sobre a produção e filas de espera. Ressalta que essa pactuação
181 necessita ser encaminhada para o MS. Grace Ella Berenhauser (Gerente de
182 Regulação Ambulatorial) cita que a Portaria MS 90/2023 sobre as cirurgias
183 eletivas, traz as diretrizes. Informa que tiveram reuniões com o CONASS e
184 CONASEMS para entender a portaria. Posteriormente, o MS publicou a Portaria
185 237/2023 elencando os procedimentos da campanha. O MS elencou mais de
186 1.500 procedimentos. O estado elencou 31 procedimentos com mais demandas
187 e com hospitais que realizam esses procedimentos, totalizando 91
188 procedimentos. O recurso federal será utilizado em 3 meses, abril, maio e
189 junho/2023, sendo que, após o hospital colocar o seu plano no site, receberá 1/3
190 do recurso e, após a produção, o hospital receberá os outros 2/3 que lhe cabe.
191 Esclarece que 1/3 será pago antecipadamente e 2/3 do recurso, por produção,
192 FAEC. Um anexo da Deliberação apresenta os procedimentos com a redução da
193 fila que será colocado no SAIPS. Essa redução é de 70%. Nesse rol de
194 procedimentos e recurso federal, farão parte 126 hospitais. Serão 36 gestores. O
195 recurso federal total é de R\$ **R\$ 20.640.973,81**. Grace refere à Portaria MS 237
196 das múltiplas seqüenciais que farão parte da Campanha. Quanto ao
197 complemento, o MS somente pagará o procedimento principal da AIH múltipla
198 sequencial. Mostra as unidades hospitalares que participarão da campanha.
199 Esses hospitais já realizam esses procedimentos. Todos esses hospitais já
200 apresentaram produção em 2022. Ressalta que o valor federal é para 3 meses.
201 A partir de abril, a central de regulação já estará com as faixas. O atendimento
202 previsto é para 19.000 pacientes. Grace esclarece que, se o prêmio do
203 procedimento federal for menor do que o estado paga, o estado complementar
204 e continua o pacote pré-operatório. O MS vai ressarcir o valor da AIH da tabela
205 SIGTAP e o estado vai ressarcir o complemento do prêmio quando o do MS for



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

206 menor que o do estado e o pacote pré-operatório. Os procedimentos que estão
207 no rol do estado continuarão sendo realizados somados aos 91 procedimentos
208 custeados pelo MS. Fábio de Souza (Cosems) lembra a Deliberação 008/2021
209 que não consta a campanha federal. A Deliberação 008/2021 vigora até março
210 de 2023 e uma nova Deliberação vigorará a partir de abril de 2023. Grace
211 lembra que no rol da campanha federal, estão somente procedimentos
212 hospitalares. Não entram cirurgias de cataratas. Carmen Zanotto, Coordenador
213 da CIB/SES, cita que no MS, há a informação de que SC é o estado que mais
214 faz cirurgias de cataratas e cirurgias eletivas. Coloca sobre as filas de cirurgias
215 eletivas, que o estado possui capacidade instalada para realizar as cirurgias
216 eletivas. Com a redução de filas, sobrar tempo para aplicar nas rotinas dos
217 serviços de saúde, pois hoje se trabalha a demanda. Que existem crianças na
218 fila do cateterismo cardíaco e não há hospital para esse procedimento. Não dá
219 para olhar somente para as cirurgias eletivas. Helma Finta Uba
220 (Gerente/GEPRO) chama atenção para o regulador que a cirurgia de cataratas
221 continua na campanha estadual, mas não está na faixa federal. Cláudia
222 Gonsalves informa que a regulação está encaminhando emails para os
223 municípios para localizar o paciente na fila, que precisam redirecionar paciente
224 que está numa fila de alta para um serviço de média complexidade, dando vazão
225 para o hospital realizar a cirurgia de alta complexidade. Edson Medeiros,
226 Coordenador da CIB/Cosems, há que se preocupar com os recursos que estão
227 sendo colocados, pois há recurso federal, estadual, PHC, contratos e termos.
228 Que é necessário ter clareza sobre esses instrumentos. Há atendimentos por
229 consórcio e há complemento por consórcio. Foi deliberado esse item por
230 consenso.

231)

232 **D) AVALIAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DOS TERMOS DE COMPROMISSO DE**
233 **ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR (LEVANTAMENTO E JUSTIFICATIVAS).**

234 Helma Finta Uba (Gerente da GEPRO da SES), referente aos termos de
235 compromisso de alta complexidade Hospitalar, que a SES fará os encontros de
236 contas, iniciando pela alta complexidade em ortopedia. Mas, serão avaliadas
237 todas as altas.

238

239 **E) DELIBERAÇÃO 105/2022: OPME PADRONIZADA PELA SES: INFORMAR QUE ESTÁ**
240 **DISPONÍVEL.**

241 Cláudia Gonsalves (Superintendente de Regulação da SES) informa que a
242 relação das OPMEs adquiridas pela SES está disponível no site da SES e que a
243 solicitação da OPME que não consta da tabela SUS deve ser feita pelo médico
244 cirurgião do hospital no momento que ele recebe a programação das cirurgias do
245 mês. Esclarece ainda, que é por meio do hospital que chegará a solicitação da
246 OPME não contemplada na tabela SUS, não passa pelo município. Cláudia cita
247 que a SES estará publicizando a Ata de Registro de Preço das aquisições da
248 SES. O caminho para acessar a relação de próteses no site
249 www.saude.sc.gov.br - Prestadores de Serviços - Compras e Licitações –
250 Contratos e Atas – itens para aquisição. Nessa relação estão todos os itens e
251 não somente próteses. Cláudia salienta que somente o médico cirurgião
252 solicitará a prótese de acordo com o fluxo da Deliberação 105. O auditor avaliará



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

253 a solicitação para constatar se a mesma está dentro dos requisitos. Marcelo
254 Lanzarin (Secretário Municipal de Saúde de Blumenau) parabeniza a Secretária
255 de Estado da Saúde, citando que esse era um anseio dos municípios, que
256 estava angustiante essa questão. Na mesma lógica, Marcelo Lanzarin cita à
257 Secretária de Estado da Saúde Carmen Zanotto que a mesma coloca como
258 muito sério o compromisso com as cirurgias eletivas. Diante disso, solicita um
259 olhar para as próteses e os procedimentos já realizados e as AIHs represadas.
260 Alguns hospitais possuem próteses já utilizadas e que estão aguardando o
261 pagamento. Solicita que a SES olhe com carinho essa situação. Cláudia
262 Gonsalves lembra que a SES repassava R\$ 100.000,00 mensais para Blumenau
263 para as próteses. Norivaldo esclarece que esse recurso de R\$ 100.000,00 foi
264 incorporado ao Fundo de Saúde de Blumenau até outubro de 2021 e a partir daí
265 foi retirado. Norivaldo informa que existem na SES, solicitações pendentes de
266 avaliações de próteses de Blumenau a serem pagas ou não, dependendo da
267 avaliação. Não sabe dizer se esses processos irão todos para auditoria. Os
268 procedimentos foram realizados no Hospital Santa Isabel. Cláudia Gonçalves
269 coloca que esses processos serão feitos encontros de contas entre SES e o
270 Secretário Municipal de Blumenau. A Coordenadora da CIB/SES questiona a
271 Gerente de Contratualização da SES Hanna Barcellos se a PHC contempla as
272 próteses. Hanna cita que na PHC foi colocada uma cláusula em que as próteses
273 que não constavam na tabela SUS deveriam ser cobertas pelo recurso da PHC.
274 Hanna esclarece ainda, que na revisão da PHC, por solicitação dos hospitais, foi
275 acrescentado um valor de 10% para o hospital que possuía porte com alta
276 complexidade. E, atualmente, a SES paga próteses hospitalares que não
277 constam da tabela SUS. Grace Ella Berenhauer esclarece que em 2021 foi
278 retirado o recurso das próteses de Blumenau que já constava na PHC. E o
279 recurso anterior a 2021 não foi prestado conta por Blumenau. Isso é o que está
280 sendo feito para ver quanto do recurso Blumenau utilizou nas próteses. Carmen
281 Zanotto, Coordenadora da CIB/SES, sugere levar para a Câmara Técnica sobre
282 essa questão.

283

284 **F) PORTARIA GM/MS 96/2023.**

285 A Coordenadora da CIB/SES Carmen Zanotto, com relação à Portaria GM/MS
286 96/2023 que trata dos saldos nos fundos de saúde em dezembro de 2017,
287 informa sobre a conduta que o estado adotou, com base nas orientações do
288 CONASS, com relação a cota parte de competência do estado, que já foi
289 publicada uma Portaria Estadual. Que já executaram algumas ações dentro da
290 vigência da Portaria que era 07 de março. Cita que lhe preocupa que os
291 municípios não comunicaram o MS sobre a Portaria 96/2023 ou não entenderam
292 o que deve ser feito. Esclarece sobre a Portaria que trata sobre o valor, sobre o
293 saldo que os municípios possuíam em suas contas dos fundos municipais de
294 saúde em dezembro de 2017. Informa que recebeu a Federação das APAEs de
295 SC, que colocaram que não havia recurso nenhum no município. Sugere que se
296 faça uma Nota Conjunta para orientar os municípios. Carmen Zanotto,
297 Coordenadora da CIB/SES, chama atenção que é necessária a formalização ao
298 MS sobre o recurso disponível em dezembro de 2017. Informar o saldo, se não
299 havia saldo, se o saldo foi utilizado, mesmo assim é necessário formalizar o MS,



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

300 informando sobre o saldo ou contestando o saldo. Hanna Barcelos (Gerente de
301 Contratualização) lembra os municípios que possuem gestão dupla, que é
302 preciso prestar atenção nesse detalhe. Edson Medeiros, Coordenador da
303 CIB/Cosems, cita que uma questão é o saldo que havia no fundo municipal em
304 2017, outra questão é o recurso que havia na época e já havia sido empenhado.
305 Que é preciso ter clareza disso. Cita a Lei Complementar 172/2020, que quem
306 fez o dever de casa, não possui saldo. Ressalta que nem todos possuíam saldo
307 em conta em dezembro de 2017. Hanna Barcelos lembra a fala na primeira
308 reunião da CIB que os municípios deveriam oficializar o Ministério da Saúde se
309 havia ou não saldo em dezembro de 2017. Se o município gastou o recurso no
310 ano seguinte a 2017, Hanna esclarece que o MS está analisando os saldos das
311 contas em dezembro de 2017. Se houver contestação, essa contestação deve
312 ser feita oficialmente ao MS. Edson Medeiros, Coordenador da CIB/Cosems,
313 solicita ao Cosems que seja feita uma Nota Técnica objetiva, esclarecendo o que
314 deve ser feito. Fábio de Souza (Cosems, presente à reunião) informa que já
315 existem Nota do CONASS e do sobre o assunto. Edson Medeiros ressalta que a
316 Nota Técnica a ser encaminhada aos municípios seja esclarecedora, objetiva
317 sobre o que deve ser feito e não com mais do mesmo. Edson Medeiros solicita
318 que as informações devem ser pontuais, com objetividade e clareza. Hanna
319 Barcelos ressalta que a orientação do CONASS é para que os estados e os
320 municípios não façam termos aditivos nos contratos de prestação de serviços
321 para repasse dos recursos da Portaria, porque não será vinculado ao
322 cumprimento de metas. Claiton Camargo (Secretário Municipal de Saúde de
323 Lages) sugere que o município chame os prestadores de Serviços para
324 esclarecer essa questão, como por exemplo, que não existe saldo para APAE
325 em dezembro de 2017. Edson Medeiros salienta que as portarias publicadas
326 anteriormente a essa 96/2023 não foram observadas pelo Ministério da Saúde.
327 Carmen Zanotto, Coordenadora da CIB/SES, que na época da Lei 172 /2020
328 havia muito recurso em conta e que foi chegando recurso da Covid. Em 2020 foi
329 publicada a Lei 181, prorrogando a Lei 172/2020 até dezembro de 2021 e
330 continuaram sobrando recursos nas contas. E posteriormente, vieram do PLPs.
331 Essa legislação sobre os saldos foram publicadas, pois continuavam saldos nas
332 contas, adicionando a essa legislação, houve a Emenda Constitucional da
333 Transição. Cita que não há mais justificativas para que ainda tenham saldos nas
334 contas, sendo que hoje, funcionam duas contas, custeio e financiamento.
335 Reforça que deverá ter uma reunião com os contadores dos municípios (os
336 contadores não estão deixando os municípios mexer no recurso) em que
337 estejam o CONASS e CONASEMS para que todos compreendam o que deve
338 ser feito. Solicita pactuar a presença dos prefeitos nessa reunião. A
339 Coordenadora da CIB/SES, Carmen Zanotto coloca para o Fábio de Souza
340 (Cosems) que faça o passo a passo na Nota Técnica a ser encaminhada aos
341 municípios. Que especifique cada formulário a ser feito (um formulário para
342 contestação do recurso, um formulário para solicitação do recurso, um para
343 informar o recurso que havia, um para informar o recurso que havia e que tinha
344 sido empenhado e outros formulários se forem necessários para o
345 encaminhamento ao MS). Edson Medeiros cita, em contrapartida que a FECAM
346 interaja junto aos contadores dos municípios (citados aqui que os contadores



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

347 não deixam os secretários mexerem nos recursos/saldos de 2017). A
348 Coordenadora da CIB/SES lembra que falou na reunião da CIB passada sobre a
349 reunião com os contadores dos municípios, mas que, acredita ser necessária a
350 participação dos prefeitos (pelo desconhecimento da Portaria).

351

352 Medeiros lembra que a PPI competência abril 2023 deveria estar na Pauta.
353 Helma Finta Uba, Gerente de Processamento informa que encaminhou ontem a
354 referida PPI. Fábio de Souza (Cosems) informa que não estava na pauta.

355

356 Nada mais havendo a tratar, eu, Lourdes de Costa Remor, lavrei a presente Ata,
357 assinada por mim e pelos Coordenadores.

358

359

Florianópolis 22 de março de 2023.